



**Plano
Director Municipal
de Torres Vedras**

Processo de Revisão | Proposta de Plano

Versão Final | Abril 2006

volume II | documentos complementares

Programa Geral de Execução



Torres Vedras
Câmara Municipal

Índice

INTRODUÇÃO.....	4
1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO	4
1.1. INTRODUÇÃO.....	4
1.2. TIPOLOGIA DE PLANOS	5
1.2.1. Planos de Urbanização	5
1.2.2. Planos de Pormenor	5
1.2.3. Planos Intermunicipais.....	5
1.3. ESTIMATIVAS DE CUSTOS.....	6
1.4. CALENDARIZAÇÃO	6
1.5. VOLUME DE INVESTIMENTO	7
1.6. QUADROS SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO DOS PLANOS	8
2. REDES DE EQUIPAMENTOS.....	19
2.1. INTRODUÇÃO.....	19
2.2. PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA.....	20
3. REDES E INFRAESTRUTURAS	25
3.1. INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	25
3.1.1. Introdução	25
3.1.2. Estimativa de Custos	25
3.1.3. Calendarização.....	26
3.1.4. Volume de Investimento.....	26
3.1.5. Programação da Execução de Vias Rodoviárias	27
3.2. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	31
3.3. REDES DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS	31

INTRODUÇÃO

A implementação dos princípios e objectivos definidos neste processo de Revisão do Plano Director Municipal pressupõe a realização, de uma forma sistemática e programada, de um conjunto vasto de intervenções que incidem sobre três domínios principais: o domínio dos instrumentos de planeamento, o domínio da rede de equipamentos e o domínio das redes e infraestruturas.

São estes os domínios em que a intervenção pública, mais do que corresponder a uma competência, se constitui como uma obrigação a fim de que o desenvolvimento das populações, objectivo último de qualquer processo de planeamento urbanístico, se possa concretizar de uma forma económica e socialmente justa e ainda, numa perspectiva de salvaguarda dos recursos e valores naturais existentes.

A programação e as estimativas de custo apresentadas nos diferentes domínios não se constituem como instrumentos de definição orçamental mas, antes, como instrumentos estratégicos orientadores da planificação camarária a médio e longo prazo. Para além dos aspectos conjunturais, que podem determinar alterações ou mesmo inversão nas prioridades estabelecidas, deve ter-se em conta que a execução de parte das intervenções previstas depende de políticas sectoriais, assim como da disponibilidade financeira das várias fontes consideradas (município, administração central e união europeia).

1. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

1.1. INTRODUÇÃO

O Plano Director Municipal estabelece os princípios e as orientações gerais a que devem obedecer os processos de uso, ocupação e transformação do solo.

Porém, face à crescente complexidade dos sistemas urbanos e face à necessidade de gerir melhor os recursos existentes, nos quais o solo se constitui como um recurso cada vez mais escasso, torna-se imperativo concretizar, durante a vigência do presente plano, o conjunto de medidas estabelecidas nas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's), nomeadamente a necessidade de proceder à elaboração dos instrumentos de planeamento de pormenor que incidem sobre os principais perímetros urbanos do concelho.

Neste processo de revisão, conferiu-se uma especial importância à redefinição dos perímetros urbanos, clarificando, de uma forma muito mais rigorosa e realista, os limites das diferentes classes de espaço e, em última análise, os limites dos solos urbano e rural. Contudo, a escala de intervenção e o âmbito de actuação do PDM apresentam limitações quanto a uma definição mais fina e coerente do modo como os perímetros urbanos se organizam internamente. Salvo nos casos dos aglomerados urbanos de pequenas dimensões, nos quais a simples compartimentação das categorias de uso do solo é suficiente para controlar de uma forma mais ou menos eficaz os processos de uso e transformação do solo, nos restantes casos, os aglomerados urbanos constituem já sistemas urbanos complexos, cuja estruturação eficaz

depende da elaboração de planos que determinem o modelo de organização espacial e funcional que melhor se adapta às características do local e às necessidades concretas das populações.

Sem a elaboração destes planos, corre-se o risco de subaproveitar o solo disponível e de onerar de uma forma eventualmente insustentável o conjunto de equipamentos e de infraestruturas existentes ou a criar. Num cenário em que o Plano prevê perímetros urbanos de dimensões significativas e que apresentam vastas áreas não consolidadas, este seria o efeito mais perverso que poderia ocorrer.

1.2. TIPOLOGIA DE PLANOS

A programação apresentada contempla a elaboração de diferentes tipos de planos, sendo a tipologia definida, caso a caso, tendo presente critérios como a dimensão da área de intervenção, a natureza urbana e funcional dos locais e as entidades e sujeitos envolvidos.

Muito embora a competência da elaboração e aprovação destes instrumentos de planeamento caiba aos municípios, deve ponderar-se sempre o papel importante que outras entidades, públicas ou privadas, podem desempenhar no desencadear dos respectivos processos e na elaboração dos estudos preparatórios.

1.2.1. Planos de Urbanização

Os planos de urbanização incidem sobre a generalidade dos principais perímetros urbanos do concelho e destinam-se a promover uma ocupação racional e estruturada das diferentes categorias de uso, de acordo com os princípios definidos no regulamento do plano e nas respectivas UOPG's.

1.2.2. Planos de Pormenor

Os planos de pormenor programados incidem sobre o perímetro urbano da cidade de Torres Vedras e sobre a área abrangida pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcobaça-Mafra (POOC). Na cidade, os planos visam dar cumprimento aos objectivos preconizados pelas subunidades operativas de planeamento e gestão onde se inserem, encontrando-se alguns deles já em elaboração.

Na área abrangida pelo POOC, os planos programados decorrem do estabelecido nas respectivas unidades operativas de planeamento e gestão, encontrando-se dois deles em fase de preparação dos concursos de elaboração.

1.2.3. Planos Intermunicipais

Correspondem a planos que se encontram tipificados no Decreto-Lei 380/99 e destinam-se a promover uma articulação correcta entre as zonas de fronteira do Concelho de Torres Vedras com os concelhos limítrofes, em especial nas zonas que abrangem aglomerados urbanos.

Prevêem-se Planos Intermunicipais com todos os concelhos limítrofes, ou seja Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Mafra. A iniciativa da elaboração depende conjuntamente dos municípios envolvidos.

1.3. ESTIMATIVAS DE CUSTOS

A estimativa de custos efectuada para cada plano teve em conta diferentes parâmetros. O valor estimado incorpora um custo para a elaboração da cartografia, variável em função da área de intervenção e da escala necessária e um custo para a elaboração do plano propriamente dito, que incorpora um valor fixo para custos administrativos e um valor variável em função da área de intervenção e do tipo de plano.

O valor obtido corresponde a um valor médio de mercado, ou valor de referência. É a partir deste valor que se procura determinar, ainda que de uma forma meramente indicativa, o custo ou encargo financeiro que recai sobre o município.

Estabeleceu-se, como critério, que a globalidade dos custos referentes à elaboração dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor programados é suportada pela autarquia.

No que diz respeito aos planos previstos pelo POOC, o plano correspondente à UOPG 1 poderá ser elaborado em conjunto com o plano previsto para a UOPG 2 (Área de Aptidão Turística de Porto Novo Maceira) mediante protocolo a estabelecer com entidades privadas.

Relativamente aos Planos Intermunicipais, o custo considerado corresponde a metade do valor total.

Em síntese, as tabelas apresentam na coluna do “Custo de Referência” o valor total dos planos. Nas colunas referentes aos anos de execução do plano, os valores introduzidos apenas correspondem aos valores a suportar pela autarquia.

1.4. CALENDARIZAÇÃO

A calendarização apresentada estabelece como período formal de execução do plano o decénio 2005-2014 (anos 1 a 10).

A calendarização apresentada foi elaborada tendo em conta critérios como a prioridade/urgência das intervenções, a articulação entre alguns dos planos, a existência de estudos ou procedimentos prévios em curso e ainda critérios relativos à distribuição geográfica pelo concelho, à dimensão territorial abrangida, à complexidade do sistema urbano e ao universo populacional atingido.

Muito embora a calendarização proposta seja indicativa e, por isso, passível de ajustamentos ou mesmo de inversões pontuais de algumas das prioridades, esta pretende reflectir os diferentes graus de urgência que os perímetros urbanos em causa apresentam em matéria de planeamento de pormenor.

No que diz respeito aos planos previstos pelo POOC, a calendarização proposta procura acompanhar aquilo que está estabelecido no Plano Geral de Execução, documento que integra o referido plano. Contudo, nem todas as acções de planeamento previstas pelo POOC se encontram contempladas neste documento. Nestes casos, optou-se por localizar a elaboração destes planos nos primeiros quatro anos de execução do plano, pois é sobre estes anos que o POOC concentra a implementação de todas as acções previstas.

1.5. VOLUME DE INVESTIMENTO

Num cenário de plena realização das acções previstas, o volume total de investimento a suportar pelo município ao longo da vigência do plano ascende a 1.768.289 euros (cerca de 355.000 contos), o que corresponde a um valor médio anual de cerca de 178.000 euros.

Face à necessidade urgente de produzir instrumentos de planeamento de maior escala que concretizem os princípios deste PDM e tendo em conta o enorme volume de acções previstas, o valor apresentado enquadra-se nas capacidades orçamentais do município. Acresce que algumas das acções previstas são passíveis de comparticipação financeira por parte da Administração Central ou por parte de Fundos Comunitários.

A distribuição anual do volume de investimento apresenta valores superiores à média na primeira metade da calendarização e valores inferiores na segunda metade.

Esta distribuição desigual é explicada pelo facto de haver um conjunto de planos já em elaboração e pela necessidade de desencadear a grande parte dos processos numa fase mais inicial do plano. Deve também ter-se em conta que esta estratégia permite, em função das circunstâncias, protelar para mais tarde algumas das acções previstas ou acautelar a possibilidade de “deslizamento” de algumas acções, cujo custo virá assim a repercutir-se sobre os últimos anos.

1.6. QUADROS SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO DOS PLANOS

Os quadros síntese que a seguir se apresentam mostram a totalidade dos planos previstos.

Como já foi referido, a coluna respeitante ao Custo de Referência apresenta os valores brutos ou de mercado necessários para a elaboração dos respectivos planos. Nas colunas referentes aos anos de execução do plano, os valores dizem respeito apenas à fracção do custo total que recai sobre a autarquia.

Legenda

	Cartografia
	Planos de Urbanização
	Planos de Pormenor
	Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras
	Planos de Pormenor Previstos pelo POOC
	Planos Intermunicipais
	Calendarização Variável

Quadro Síntese da Programação dos Planos

	Área de Intervenção	Custo de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(Ha)	(€)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
A-dos-Cunhados / Sobreiro Curvo / Paradas		20123										
UOPG 11	309,6	48459										
		68582	20123	24230	24230							
Campelos / Cabeça Gorda		21538										
UOPG 5	331,4	50635										
		72173		34197	25318	12659						
São Domingos de Carmões		3355										
	33,6	20855										
		24210								3355	10428	10428
Carvoeira / Carreiras		11213										
	172,5	34750										
		45963			11213	17375	17375					
Dois Portos		4839										
UOPG 23	48,4	22339										
		27178								10424	11170	5585
Freiria		7916										
UOPG 24	121,8	29678										
		37594				7916	14839	14839				
Maceira		9286										
UOPG 3	92,9	26786										
		36072			15983	13393	6697					
Matacães		4935										
	49,4	22435										
		27370								4935	11218	11218
Maxial		6178										
UOPG 13	61,8	23678										
		29856						6178	11839	11839		
Monte Redondo		7694										
	76,9	25194										
		32888								13993	12597	6299

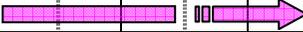
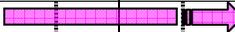
Quadro Síntese da Programação dos Planos

	Área de Intervenção	Custo de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(Ha)	(€)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Outeiro da Cabeça		8722										
UOPG 12	87,2	26222										
		34944					8722	12111	13111			
Ponte do Rol / Gondruzeira		12814										
	197,1	37214										
		50028		22118	18607	9304						
Ramahal / Ameal		18653										
	287,0	46197										
		64850			30202	23099	11549					
Runa		7983										
UOPG 20	122,8	29782										
		37765			7983	14891	14891					
Santa Cruz / Póvoa de Penafirme / Silveira		52800										
UOPG 9 (inclui a UOPG 8)	812,3	96731										
Em concurso		149530	37383	112148								
São Pedro da Cadeira		9241										
	92,4	26741										
		35982					9241	13371	13371			
Turcifal		7672										
	118,0	29303										
		36975				7672	14652	14652				
Ventosa		6843										
UOPG 17	68,4	24343										
		31186						6843	12172	12172		
Torres Vedras												
UOPG 16	1746,4	100000										
Em elaboração		100000	45000	35000								
TOTAL		943146	102506	227691	133535	106307	97965	68993	50492	56717	45412	33528

Quadro Síntese da Programação dos Planos de Pormenor

	Área de Intervenção	Custo de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(Ha)	(€)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Forte de São Vicente		8935										
SubUOPG 16 a) - Torres Vedras	89,4	106850										
		115785			8935	53425	53425					
Expansão Sul/ Poente / Várzea / Barro												
SubUOPG 16 b) - Torres Vedras	165,0	19034										
Em fase final de elaboração		19034	19034									
Centro Histórico												
SubUOPG 16 c) - Torres Vedras	17,8	26400										
Processo de revisão em curso		26400	26400									
Choupal e Área Envolvente												
SubUOPG 16 d) - Torres Vedras	20,6	98000										
Em elaboração		98000	19600									
Zona de Expansão Nascente												
SubUOPG 16 e) - Torres Vedras	358,6	376110										
		376110		26865	53730	26865	53730	53730		53730	53730	53730
Santa Rita / Porto Novo (POOC) e Porto Novo / Maceira		16974										
UOPG 1 e UOPG 2	169,7	187240										
		204214	7939	12483								
AA Turística do Seixo e Casal do Seixo (POOC)		1424										
UOPG 7	14,2	31740										
		33164		22584	10580							
Foz do Sizandro (POOC)												
UOPG 14	40,9	80000										
Em elaboração		80000	48000	32000								
Parque de Campismo da Foz do Sizandro (POOC)		2617										
UOPG 15		43670										
		46287			2446	2184						
TOTAL		998994	120973	93932	75690	82474	107155	53730	0	53730	53730	53730

Quadro Síntese da Programação dos Planos Intermunicipais

	Extensão da Fronteira	Custo de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(Km)	(€)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Plano InterMunicipal												
Torres Vedras/ Lourinhã	22,3											
		75.000			18750	18750						
Plano InterMunicipal												
Torres Vedras/ Cadaval	2,1											
		25.000									6250	6250
Plano InterMunicipal												
Torres Vedras/ Alenquer	20,4											
		75.000				18750	18750					
Plano InterMunicipal												
Torres Vedras/ Sobral Monte Agraço	17,3											
		50.000							12500	12500		
Plano InterMunicipal												
Torres Vedras/ Mafra	34,5											
		75.000						18750	18750			
TOTAL		300.000	0	0	18750	37500	18750	18750	31250	12500	6250	6250

Quadro Síntese da Programação dos Planos – Valores Totais por Ano de Execução

	Área de Intervenção	Custo de Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
		(€)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Planos de Urbanização	4829,8 Ha	943146	102506	227691	133535	106307	97965	68993	50492	56717	45412	33528
Planos de Pormenor	902,4 Ha	998994	120973	93932	75690	82474	107155	53730	0	53730	53730	53730
Planos Intermunicipais	96633 m	300000	0	0	18750	37500	18750	18750	31250	12500	6250	6250
Valores anuais em Euros	-----	2242140	223479	321623	227975	226281	223870	141473	81742	122947	105392	93508
Valores anuais em Contos	-----	449509	44803	64480	45705	45365	44882	28363	16388	24649	21129	18747
Valor Total em Euros												1.768.289
Valor Total em Contos												354.510

2. REDES DE EQUIPAMENTOS

2.1. INTRODUÇÃO

As redes de Equipamentos são um dos recursos territoriais, identificados nos artigos 10.º e 17.º do Decreto-lei 380/99. Estas são um dos motores do progresso e um dos principais factores que contribuem para a melhoria das condições de vida das populações e respectivas áreas urbanas.

Como tal, as redes de equipamentos de nível fundamental, que optimizam o acesso à Cultura, Educação e Formação Profissional, Justiça, Saúde, Segurança Social, Desporto e Lazer, devem ser identificadas nos instrumentos de gestão territorial, constituindo mesmo um dos objectivos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, estabelecendo critérios e princípios subjacentes a opções de localização de equipamentos, nomeadamente em Plano Director Municipal (P.D.M.), tal como se encontra descrito no artigo 85.º do Decreto Lei 380/99.

No entanto, a proposta de localização de novos equipamentos de utilização colectiva que se apresenta neste documento reveste-se apenas de carácter indicativo e não vinculativo. Os critérios, assim como a metodologia utilizada para definição das carências encontram-se explicitados no Dossiê de Equipamentos, que faz parte dos documentos anexos a este plano.

Estas propostas de localização permitem ajudar a entidade pública a estabelecer uma melhoria da qualidade de vida dos aglomerados, independentemente da sua dimensão, prevendo assim, o estabelecimento de uma política de ordenamento do território mais descentralizada e, conseqüentemente, mais eficaz.

2.2. PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA**CONCELHO DE TORRES VEDRAS**

Tipo de Equipamento	Equipamentos Necessários (Segundo Critérios Definidos)	Equipamentos Existentes
---------------------	---	-------------------------

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Hospital	Necessidade Colmatada	2 (1 Distrital e 1 Especializado)
Centro de Saúde	+2	1
Extensão de Centro de Saúde	Necessidade Colmatada	18
Laboratório de Saúde Pública	+2	1
Farmácia	+2	23
Central de Tratamento de Resíduos Hospitalares	-	0

EQUIPAMENTOS DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Jardim de Infância	Necessidade Colmatada	45
Escola Básica 1 s/ Jardim de Infância	Necessidade Colmatada	86
Escola Básica 1 c/ Jardim de Infância	+10	9
Escola Básica 1,2/ Jardim de Infância	10	0
Escola Secundária	+2	3
Escola Profissional	-	3
Ensino Superior	-	1
Escola de Hotelaria e Turismo	-	0
Escola Tecnológica	-	0

EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL

Creche	+16	11
Centro de A.T.L. (Actividades de Tempos Livres)	+59	11
Centro de Convívio	+45	6
Centro de Dia	+39	12
Lar de Idosos	Necessidade Colmatada	15
Centro Sócio-educativo para Deficientes	Necessidade Colmatada	1
Lar de Apoio para Deficientes	1	0
Centro de Apoio a Crianças Abandonadas	-	0

EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

Grande Campo de Jogos	+11	54
Pista de Atletismo	+3	2
Pequeno Campo de Jogos	+12	85
Pavilhão e Sala de Desporto	-	103
Piscina ao Ar Livre	+39	7

Tipo de Equipamento	Equipamentos Necessários (Segundo Critérios Definidos)	Equipamentos Existentes
Piscina Coberta	+11	6
Estádio de Grandes Jogos	1 (8000 Lugares)	1
Estádio de Grandes jogos com Pista de Atletismo	1 (8000 Lugares)	0
Estádio Aquático Coberto	1 (800 Lugares)	0
Estádio Aquático ao Ar Livre	1 (800 Lugares)	0
Centro de Estágios	-	0
Kartódromo	-	0
Velódromo	-	0
Hipódromo	-	1
Picadeiro	-	2
Campo de Tiro	-	2
Campo de Golfe	-	1 (Nove buracos)
Circuito de Paintball	-	0

EQUIPAMENTOS DE CULTURA RECREIO E LAZER

Centro de Apoio à Juventude	-	0
Sala de Espectáculos	-	103
Arquivo Municipal	Necessidade Colmatada	1
Biblioteca Municipal	1 (BM3)	1 (BM2)
Casa de Espectáculos	1	0
Cinema	Necessidade Colmatada	1
Arquivo Histórico Municipal	-	0
Museu do Vinho	-	0
Museu do Carnaval	-	0

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quartel de Bombeiros	1 (Tipo D)	2
Sub-unidade da P.S.P.	1 (58 Guardas)	1
Secção / Quartel da G.N.R.	-	1

EQUIPAMENTOS DE SERVIÇOS ECONÓMICOS

Mercado Retalhista	Necessidade Colmatada	4
Mercado Abastecedor	-	1

EQUIPAMENTOS DE CULTO

Igreja/Capela	-	95
Centro Paroquial	20 (1 por Paróquia)	20

EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS

Cemitério	Necessidade Colmatada	27
Aterro Sanitário	Necessidade Colmatada	1

Observações:

Existem, ao nível dos Equipamentos de Saúde, Associações de Socorros em: Outeiro da Cabeça, A-dos-Cunhados, Carvoeira, Freiria, Ramalhal, Assenta (Freguesia de São Pedro da Cadeira), Silveira, Turcifal e Arneiros (Freguesia de Ventosa); um Centro de Hemodiálise em Ribeira de Pedrulhos (Freguesia de Santa Maria); um Serviço Nacional de Ambulâncias e uma Delegação no I.N.E.M. na Cidade de Torres Vedras.

A programação de Equipamentos de Ensino obedece à Carta Educativa para a Região; existem nove escolas 2,3, em todo o concelho, que se prevê que sejam transformadas em escolas Básicas 1,2/ JI; existem três Escolas de Línguas na Cidade de Torres Vedras, um estabelecimento de Ensino Superior Privado (Universidade Lusófona: ISMAG e ISHT) e uma Delegação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

No domínio da Acção Social destacam-se os seguintes equipamentos: Colónia Balnear da Praia Azul (Freguesia de Silveira) e a Associação *Le Patriarche* em Monte Redondo (Freguesia de Monte Redondo).

Ao nível dos Equipamentos Desportivos existem: um Skate Parque, um Aeroclube (Cidade de Torres Vedras – Freguesias de Santa Maria e São Pedro e Santiago), dois Campos de Tiro (Carreiras – Freguesia de Carvoeira e Santa Cruz – Freguesias de A-dos-Cunhados e Silveira), duas Pistas de Atletismo (Paúl – Freguesia de São Pedro e Santiago e Santa Cruz – Freguesias de A-dos-Cunhados e Silveira), um Porto de Pesca e Recreio Náutico (Assenta – Freguesia de São Pedro da Cadeira), uma Pista de Motocross (Casais da Torre – Freguesia de Santa Maria), uma Pista de Automobilismo (Ribeira de Pedrulhos – Freguesia de Santa Maria), um Núcleo de Atletismo (Ponte do Rol - Freguesias de Ponte do Rol), um Núcleo de Cicloturismo (Aldeia Grande – Freguesia de Maxial), três Picadeiros, (Freguesias de Santa Maria, Carvoeira e Maceira), um Centro Hípico e um Campo de Golfe (Maceira - Freguesia de Maceira).

No domínio dos Equipamentos de Cultura Recreio e Lazer existem: Bibliotecas em Póvoa de Penafirme (Freguesia de A-dos-Cunhados), em Campelos (Freguesia de Campelos), em Carvoeira (Freguesia de Carvoeira), duas unidades em Maxial (Freguesia de Maxial) e uma em Aldeia Grande (Freguesia de Maxial), Runa (Freguesia de Runa), e São Mamede da Ventosa (Freguesia da Ventosa); Existem Museus em Campelos (Freguesia de Campelos), em Runa (Freguesia de Runa) e duas unidades na Cidade de Torres Vedras (Freguesias de Santa Maria e São Pedro e Santiago).

Em relação ao sector da **Educação**, a estruturação da rede de equipamentos escolares, assim como a estratégia de implantação dos novos equipamentos, encontra-se desenvolvida no Relatório, de acordo com os estudos efectuados no âmbito da elaboração da Carta Educativa do Concelho. No presente documento, apresenta-se um quadro resumo com o faseamento das intervenções previstas, com o seu grau de prioridade e com a área de terreno necessária.

A execução das intervenções depende de financiamento municipal e da Administração Central, através do Programa Operacional da Educação.

Território	Freguesia	Limite máximo até o início do ano lectivo 2006/2007		Até ao ano lectivo		Área Total de Terreno Necessária	
		1ª FASE		2ª FASE			
		1ª Prioridade	2ª Prioridade	1ª Prioridade	2ª Prioridade		
1	Sta Maria e S. Miguel	Esc. Sec. Torres Vedras-Norte (criação) - 39T		EB1/JI Torres Vedras-Norte (criação) 15 T	EB1/JI (Sarge) (JI) (substituição) 2 T	ES Torres Vedras-Norte EB1/JI Torres Vedras-Norte EB1/JI Sarge	23000 m2 5300 m2 850 m2
	Outeiro da Cabeça	EB1/JI (1º ciclo e JI) (substituição) - 5 T				EB1/JI Outeiro da Cabeça	2700 m2
	Ramalhal		EB1/JI (Ameal) (1º Ciclo e JI) (ampliação) 3 T	EB1/JI (Ramalhal) (JI) (substituição) 2 T		EB1/JI Ameal EB1/JI Ramalhal	1200 m2 850 m2
2	S. Pedro e Santiago			EB1/JI (Barro) (JI) (substituição) 2 T		EB1/JI Barro	850 m2
	Dois Portos / Runa			EB1,2/JI (Sudeste) (criação) 10 T		EB1,2/JI Sudeste	8300 m2
3	S. Pedro e Santiago				EB1,2/JI (P.F. Soares) 8 T (Bloco 1º Ciclo) (ampliação)	EB1,2/JI P. F. Soares	3300 m2
	Turcifal		EB1/JI (Turcifal) (criação) 11 T			EB1/JI Turcifal	4400 m2
4	A-dos-Cunhados	EB1,2/JI (A-dos-Cunhados) (criação) 18 T		EB1/JI (Sobreiro Curvo) (JI) (substituição) 2 T	EB1/JI (Maceira) (criação) 6 T	EB1,2/JI A-dos-Cunhados EB1/JI Maceira	12500 m2 850 m2
	Silveira		EB1,2/JI-Litoral (criação) 26 T		EB1/JI (Sta. Cruz) (JI) (substituição) 2 T	EB1,2/JI-Litoral EB1/JI Santa Cruz	16000 m2 850 m2
	Ponte do Rol			Esc. Sec.do Litoral (criação) 39 T		ESec-Litoral	23000 m2
	S. Mamede da Ventosa		EB1/JI (S. Mamede Ventosa) (criação) 15 T			EB1/JI S. Mamede Ventosa	5300 m2

Quadro 1 – Quadro Resumo / Fase / Prioridade das novas construções

Finalmente, apresenta-se a listagem dos principais equipamentos cuja execução já se encontra em curso ou prevista.

Designação	Local	Previsão da conclusão da obra	Custo (€)
Piscinas Municipais (em concurso)	Torres Vedras	2005	2.992.786
Mercado Municipal – 1ª fase (em concurso)	Torres Vedras	2005	4.489.200
Edifício Multiserviços – 2ª fase (em execução)	Torres Vedras	2005	2.793.270
Complexo Desportivo e de Lazer de Arenas	Torres Vedras	2007	1.614.005
Museu do Carnaval	Torres Vedras	2007	1.995.192
Biblioteca Municipal	Torres Vedras	2007	2.992.787

Quadro 2 – Equipamentos previstos ou em execução

3. REDES E INFRAESTRUTURAS

3.1. INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

3.1.1. Introdução

A caracterização e estruturação da Rede de Infraestruturas Rodoviárias do concelho encontram-se desenvolvidas no respectivo dossier, que faz parte dos elementos anexos do plano e resumidas no Relatório.

No presente documento, estabelece-se a programação de um conjunto de vias consideradas prioritárias, tendo em conta as intervenções em curso e o modelo de ordenamento proposto para o concelho.

Face à natureza de muitas destas vias, que se constituem como variantes ou itinerários complementares, e ao volume de investimentos implicado, a sua execução só será possível mediante apoios financeiros por parte da administração central ou de fundos comunitários.

Deve referir-se também que não se encontra calendarizada a via correspondente ao IC 11 / A 17, por ser uma competência da administração central. No entanto, importa realçar, mais uma vez, a importância estratégica que esta via desempenha para o desenvolvimento do concelho, seja pela ligação à A1 e ao sul do país, seja no contexto da futura construção do aeroporto da Ota.

3.1.2. Estimativa de Custos

A estimativa de custos apresentada é meramente indicativa, salvo nos casos em que a via em questão já dispõe de projecto e de custo de execução.

O valor estimado resulta da atribuição de um valor médio de execução, por unidade linear de via e incorpora vários parâmetros, como sejam a extensão, o tipo de perfil e a morfologia do terreno.

O valor obtido corresponde a um valor médio de mercado, ou valor de referência (nas tabelas corresponde à coluna “Estimativa de Custo”). É a partir deste valor que se procura obter, ainda que de forma meramente indicativa, o custo ou encargo financeiro que recai sobre o município (coluna “Valor a Afectar”), aplicando, em função do tipo de via, percentagens médias de comparticipação com origem em fundos nacionais (F.N.), através do estabelecimento de contratos-programa, ou de fundos comunitários (F: N.), através de verbas do FEDER.

Nas colunas referentes aos anos de execução, os valores introduzidos apenas correspondem aos valores a suportar pela autarquia.

3.1.3. Calendarização

A calendarização apresentada segue a metodologia utilizada na calendarização dos instrumentos de planeamento. O faseamento das intervenções teve em conta a existência de estudos ou procedimentos prévios em curso e a prioridade/urgência das intervenções.

Teve-se em conta, igualmente, o encargo financeiro resultante por ano de execução, de forma a não obter valores demasiado díspares entre os diferentes anos.

3.1.4. Volume de Investimento

Num cenário de plena realização das acções previstas, o volume total de investimento ascende a 69.642.247 € (cerca de 14 milhões de contos), a que corresponde um encargo financeiro da autarquia de 26.978.808 € (cerca de 5,4 milhões de contos).

A distribuição anual do volume de investimentos a suportar pela autarquia varia entre os 1,46 milhões de euros, no ano 7 e os 3,43 milhões de euros, no ano 4. O valor médio por ano de execução corresponde a cerca de 2,7 milhões de euros.

3.1.5. Programação da Execução de Vias Rodoviárias

Designação das Vias	Tipo de Intervenção Extensão		Extensão Total (m)	Estimativa Custo (€)	Fontes de Financiamento	Valor a Afectar (€)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Novo (m)	Beneficiação (m)					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Variante Paio Correia – Santa Cruz	9751	0	9751	24377500	CMTV30%	7313250										
					F.N./F.C.....70%				1828313	1828313	1828313	1828313				
Variante sul A-dos-Cunhados	1198	1211	2409	1352625	CMTV50%	676313										
					F.N.....50%		169078	338156	169078							
Variante Palhagueiras	1071	632	1703	693500	CMTV.....100%	693500										
											693500					
Variante externa Campelos	6287	0	6287	15717500	CMTV30%	4715250										
					F.N./F.C.....70%										2357625	2357625
Variante nascente Dois Portos	1281	0	1281	960750	CMTV50%	480375										
					F.N.....50%									240188	240188	
Variante poente Maceira	168	563	731	224750	CMTV.....100%	224750										
							224750									
Variante Ponte do Rol	2056	0	2056	1028000	CMTV.....30%	308400										
					F.N./F.C.....70%							154200	154200			
Ligação nascente Ramalhal-Ameal	609	0	609	304500	CMTV.....100%	304500										
														304500		
Correcção traçado Gentias de Baixo	335	0	335	167500	CMTV.....100%	167500										
														167500		
1ª fase variante Fonte Grada	643	590	1233	1755000	CMTV.....100%	1755000										
							877500	877500								
2ª fase variante Fonte Grada	1222	804	2026	1218000	CMTV.....100%	1218000										
									609000	609000						

Designação das Vias	Tipo de Intervenção Extensão		Extensão Total (m)	Estimativa Custo (€)	Fontes de Financiamento	Valor a Afectar (€)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Novo (m)	Beneficiação (m)					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Variante norte Paúl	1294	0	1294	970500	CMTV100%	970500										
													970500			
Variante Figueiredo	1500	0	1500	1125000	CMTV100%	1125000										
							1125000									
Variante norte Casalinhos de Alfiata	0	2993	2993	748250	CMTV.....100%	748250										
														374125	374125	
2ª fase Avenida Poente	1776	0	1776	2675621	CMTV16% F.N./F.C.....84%	437670										
								437670								
3ª fase Avenida Poente	2139	0	2139	5347500	CMTV30% F.N./F.C.....70%	1604250										
											1604250					
1ª fase Avenida Nascente	1946	0	1946	4865000	CMTV.....30% F.N./F.C.....70%	1459500										
									729750	729750						
Ligação Av. Poente - Forte de São Vicente	1037	0	1037	777750	CMTV.....100%	777750										
								777750								
2º variante Boavista - Olheiros	4498	0	4498	3373500	CMTV.....30% F.N./F.C.....70%	1012050										
												337350	337350	337350		
Alargamento EN9 T. Vedras - Fonte Grada	0	1945	1945	972500		0										
								0								
Ligação SCUT - Arenas	916	0	916	987000	CMTV.....100%	987000										
								987000								
TOTAL	39727	8738	48465	69642247		26978808	2396328	3418078	3336141	3167063	3432563	2859163	1462050	1577863	2971938	2357625

Financiamento: CMTV – Câmara Municipal de Torres Vedras F. N. – Fundos Nacionais F. C. – Fundos Comunitários

3.2. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os dados apresentados neste capítulo encontram-se actualizados a 2003, pelo que algumas das acções previstas podem ter sido executadas entretanto.

Obras previstas / em curso

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2000/ 2003

Com a constituição da Empresa Águas do Oeste, S.A. e a implementação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Oeste, grande parte dos investimentos e infra-estruturas a construir no Concelho de Torres Vedras passou para a responsabilidade da referida empresa. Os investimentos ascenderam aproximadamente ao valor de 10 milhões de euros (2 milhões de contos).

No entanto os serviços municipalizados prevêem a execução, através dos seus serviços ou empreitadas, das seguintes obras no decorrer dos próximos anos:

Designação	Previsão da conclusão da obra	Custo (€)
Reservatório Elevado da Cidade	2003	470.922
Abastecimento de água da zona poente da cidade (2ª fase)	2004	33.195
Reforço do abastecimento de água – Varatojo	2004	26.250
Remodelação do abastecimento de água – Palhagueiras e outros	2005	179.179
Grandes reparações em reservatórios de água	-	-
Pequenos trabalhos de abastecimento de água a várias localidades	-	-
Ramais domiciliários de água em várias localidades	-	-

Quadro 3 – Obras previstas pelos SMAS de Torres Vedras

3.3. REDES DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS

Os dados apresentados neste capítulo encontram-se actualizados a 2003, pelo que algumas das acções previstas podem ter sido executadas entretanto.

Obras previstas / em curso

Fonte: S.M.A.S.T.V. 2000

Também as Redes de Saneamento e Águas Residuais passaram, em grande parte, para a competência da Empresa Águas do Oeste, S.A., sendo os investimentos e infra-estruturas a construir no Concelho de Torres Vedras efectuados no âmbito da implementação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Oeste.

Os investimentos ascenderam aproximadamente ao valor de 28 milhões de euros (cerca de 5,6 milhões de contos)

Entre as infra-estruturas a serem construídas no Concelho de Torres Vedras destacam-se as seguintes:

- Tratamento e destino final dos esgotos de São Pedro da Cadeira
- Sistema de tratamento de esgotos Turcifal/ Freiria

- Sistema de tratamento de esgotos Ventosa/ Pedra
- Sistema de tratamento de esgotos Dois Portos/ Caixaria/ Carreiras/ Runa
- Sistema de tratamento de esgotos Maxial/ Aldeia Grande/ Ermegeira
- Construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais de Torres Vedras
- Expansão da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santa Cruz/ Silveira.

No que se refere aos serviços municipalizados, estes prevêem a execução através dos seus serviços ou empreitadas das seguintes obras no decorrer dos próximos anos:

Designação	Previsão da conclusão da obra	Custo (€)
Sistema drenagem Bombardeira, Póvoa de Além e outros aglomerados	2003	827.505
Saneamento do Bairro da Boavista	2004	183.308
Saneamento do Curvel	2004	130.000
Ligação do saneamento do Casal do Seixo	2004	60.000
Saneamento de Carvalhal / Turcifal / Ponte do Rol e outros	2005	2.475.900
Saneamento de Cambelas / Bececarias / Coutada e outros	2005	1.652.853
Saneamento das Palhagueiras	2005	509.822
Saneamento de Aldeia Nova	2005	467.508
Saneamento de Brejenjas	2005	367.508
Pequenos trabalhos de saneamento em várias localidades	-	-
Ramais de saneamento em várias localidades	-	-

Quadro 4 – Obras previstas pelos SMAS de Torres Vedras